



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16181 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT 07 - Educação de Crianças de 0 a 6 anos

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ITABORAÍ /RJ NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022): AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

Márcia Mary Nunes - Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

A TRANSIÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM ITABORAÍ /RJ NO PERÍODO DA PANDEMIA DA COVID-19 (2020-2022): AVANÇOS E RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PÚBLICA

O presente resumo apresenta o recorte de uma pesquisa de Mestrado em Educação, concluída em 2024, que objetivou investigar e compreender como ocorreu o processo de transição das crianças da Educação Infantil para o primeiro ano do Ensino Fundamental, durante o período da Pandemia da Covid-19 (2020-2022) em Itaboraí, no leste fluminense/RJ.

Do ponto de vista da fundamentação teórico-metodológica, realizamos uma pesquisa qualitativa, de cunho bibliográfico-documental, dialogando com Minayo (2021) e Severino, (2016), utilizando procedimentos de pesquisas *com/sobre* (Castro, 2013) as crianças do primeiro ano do Ensino Fundamental da Escola Municipal Prefeito Símaco Ramos de Almeida, oriundas do Centro Municipal de Educação Infantil Lar Sagrada Família, ambas instituições situadas no bairro de Porto das Caixas em Itaboraí/RJ e as respectivas famílias, a fim de compreender como elas vivenciaram a transição da Educação Infantil para o 1º ano do Ensino Fundamental (Motta, 2013; Pina, 2019; Kramer, Nunes & Corsino, 2011) em meio à pandemia, sem que estivessem presencialmente na escola.

Para nos ajudar a refletir sobre a criança pequena, como sujeito, social, ativo, reflexivo, capaz de produzir cultura e saberes a partir de sua própria existência, buscamos dialogar com alguns autores da sociologia da infância tais como Arenhart (2016), Benjamim (2013), Corsaro (2011), Faria e Finco (2020), Sarmiento (2013), dialogando também com as

legislações que tratam diretamente da Educação Infantil, tais como as DCNs, o ECA e a LDB.

Ainda do ponto de vista conceitual, optamos por utilizar o conceito *transição*, principalmente por tratar-se de uma política pública do Município de Itaboraí, contemplada no Referencial Curricular da Rede Municipal ressaltando a necessidade da *continuidade da Educação Infantil para o Ensino Fundamental* (Itaboraí, 2021, p.33) e a importância da troca, da aproximação e do diálogo entre os profissionais desses dois segmentos. No entanto, não vislumbramos a transição como uma *travessia* ou uma *passagem* como vimos em algumas dissertações e teses analisadas enquanto realizávamos o *Estado do conhecimento* (Silva, Souza e Vasconcellos, 2020), mas como uma ação de grande relevância, que precisa ser planejada coletivamente e vivenciada de forma dinâmica por todas as pessoas envolvidas nesse processo, sobretudo as crianças.

Observamos, durante a pesquisa, que as práticas desenvolvidas pelas professoras do CEMEI Lar Sagrada Família priorizaram as proposta das DCNEIs (2010) e do Referencial Curricular da Rede Municipal (2021) no que se refere às interações e brincadeiras, embora de forma virtual em função da pandemia da Covid-19, mas com grande preocupação por parte de toda a equipe pedagógica em promover atividades lúdicas e que fizessem com que as crianças participassem, mesmo que por meios de grupos virtuais de interação possibilitados pelo aplicativo virtual *WhatsApp* e pela *Internet*, a partir de atividades elaboradas pelas professoras e compartilhadas através das ferramentas digitais.

No entanto, o impasse pela falta de recursos tecnológicos por parte de expressivo número de famílias minimizou a participação de muitas crianças, como ratificado nas vozes de algumas mães entrevistadas: *lá em casa não dava pra todos participar, a internet era só a do telefone, [...] quem podia usar o wi-fi, conseguia participar, mas quem só tinha os dados móveis do telefone era praticamente impossível, acabava muito rápido*. Outra mãe relatou que:

Às vezes eu conseguia colocar crédito no telefone pra ela poder ver o que a professora mandava, tinha vídeo que a gente não conseguia abrir, mas teve um dia que a professora fez a chamada de vídeo e ela viu a professora, os amiguinhos, foi uma felicidade só. (Excerto da pesquisa-novembro/2022)

Para além do período de isolamento social, em meados de 2021, com o sistema de retorno híbrido, foi necessário realizar um escalonamento para que as crianças pudessem participar das atividades presenciais. Considerando a organização dos espaços de acordo com a fase de atenção em que o município se encontrava, e como o CEMEI funciona em imóvel residencial, alugado, que foi adaptado para atender a demanda da Educação Infantil naquele lugar, após realizarem a medição necessária, cada sala só comportaria três a quatro crianças por vez, ou seja, cada criança iria apenas uma vez por semana, o que desestimulou algumas mães que acabaram optando por não levar a criança, visto que naquele ano, o retorno

presencial estava sendo facultativo.

Tais relatos revelam o quanto as crianças de classes populares ficaram à margem das propostas de manutenção dos vínculos com seus pares e professoras no período da pandemia, aumentando ainda mais os abismos já existentes entre as camadas da sociedade brasileira, sobretudo das periferias urbanas.

Contudo, em outra perspectiva, vislumbramos um paradoxo entre o que foi vivenciado na Educação Infantil municipal no período da pandemia, mesmo com todas as fragilidades, e a recente política pública da Secretaria Municipal de Educação, que aproveitou o momento pandêmico para a implementação do uso de livros didáticos para as crianças de dois a cinco anos de idade, matriculadas na Educação Infantil indo na contramão do que estava previsto no Referencial Curricular, implementado na Rede desde 2013 e reformulado em 2021. Questionamo-nos se a utilização de material impresso como apostilamentos e livros didáticos, estaria associada a concepção de transição adotada pela atual equipe da Secretaria de Educação do município de Itaboraí ou podemos compreender como mais uma das estratégias de *precarização, desmonte e sucateamento* (Silva, 2023) da educação pública e desvalorização docente, presentes nos governos municipais de escopo bolsonarista, ainda muito fortes no Estado do Rio? A que conclusões podemos chegar, ao nos depararmos com o tipo de material didático para crianças da EI pública municipal, que ainda reverberam sinais psicológicos e emocionais do que foi vivenciado na pandemia da Covid-19? Colocamos essas questões para que possamos refletir acerca do cenário atual que o Brasil está vivendo e para indagarmos qual é o modelo de Educação Infantil pública que está se desenhando em nosso país?

Palavras-chave: Educação Infantil – Pandemia da Covid-19 – Transição para o 1º ano Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*: Secretaria de Educação Básica. MEC, SEB, Brasília, 2010.

CASTRO, Lucia Rabello de. *O Futuro da Infância e outros escritos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

ITABORAÍ, *Referenciais Curriculares da Rede Municipal de Ensino de Itaboraí*. SEMEC, 2021.

SILVA, Amanda Moreira da. *Trabalho docente, Pandemia de Covid-19 e Investidas Contra os Direitos Trabalhistas*. In: LEHER, Roberto (Org.). *Educação no Governo Bolsonaro, inventário da devastação*. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

SILVA, Anne Patrícia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de; *O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento*. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37452>> Acesso em: 10/11/2022.